

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Economia Municipal

Êxodo Rural

ANTÔNIO LÚCIO

EMBORA no temário do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros o capítulo Economia Municipal esteja dividido em vários itens, como, por exemplo, Organização Agrária, Imigração e Colonização e outros mais e, no de Assistência Social, se achem os de Assistência médica, dentária e farmacêutica, Ensino profissional rural etc., ao abordarmos neste trabalho o tema sobre Êxodo Rural, não podemos todavia deixar de fazer referência a alguns desses itens, por entendermos que os mesmos estão intimamente ligados com as causas determinantes do êxodo do campo para as cidades e as sugestões que lembramos como um meio de combate a êsse mal, abrangendo tais pontos que se acham discriminados separadamente.

Na verdade, é tal a situação de abandono em que se encontra o homem do campo em certas regiões, que uma simples providência encarada apenas sob um ângulo da questão, nada resolve.

O assunto comporta um estudo mais acurado. Pode haver alguma variante em relação a peculiaridades regionais, mas, no fundo, a situação de abandono e de desorganização no meio rural é a mesma.

E' uma contingência humana o homem buscar sempre melhores condições de vida.

Ora, se considerarmos o nível de vida do colono, então veremos que esta contingência nêle atua de modo mais impressionante, provocando o êxodo rural, fenômeno que se vem agravando dia a dia, com o deslocamento de considerável massa de trabalhadores do campo para os centros urbanos, na esperança de melhores oportunidades, sobretudo atraídos pela falsa miragem de um pouquinho de assistência superburocratizada.

Vivendo em uma região agrícola e percorrendo a zona rural a fim de observar "in loco" as condições de vida do agricultor e o seu ambiente, podemos, com segurança, apontar várias causas que estão contribuindo de modo alarmante para o êxodo e lembrar medidas que podem corrigir, em parte, êsse desequilíbrio que vimos assistindo com a corrida para as cidades.

Vejamus em primeiro lugar como tem sido feita entre nós.

A Colonização — O que se entende por colonização no seu verdadeiro sentido, isto é, a fixação do homem ao solo e seu aproveitamento econômico, nós quase nada temos.

O que se encontra são os especuladores de terras e os povoadores.

A primeira classe conforme acentuamos na tese Imigração, Colonização e Êxodo Rural, apresentada à Primeira Conferência das Classes Produtoras de Santa Catarina, realizada em julho do corrente ano, na cidade de Blumenau e pela mesma aprovada, é constituída de homens que, via de regra, sempre viveram e vivem nas Capitais. Quando têm notícia da valorização de uma certa zona, com a entrada de colono, correm logo a requerer grandes áreas com a finalidade única de revendê-las a preços 10 ou 20 vezes mais que o seu custo obtido através de requerimentos, por concessões, por vezes escandalosas e quase sempre prejudiciais ao patrimônio da União ou do Estado.

Tais indivíduos gozam da simpatia e da proteção dos governos e, por isso mesmo, com artimanhas, conseguem se infiltrar em tôdas as repartições, usando de argumentos tentadores.

De posse do despacho favorável, alguns procuram passá-lo adiante com lucros compensadores e outros, conforme a extensão da área obtida, tratam logo de expulsar os velhos moradores dessas terras, caboclos que de longos anos vêm cultivando-as e nas quais se acham apegados pelo amor que devotam ao seu rincão, sob o pretexto de que são intrusos, aumentando assim o número de desajustados nas cidades.

Os despejos, nós sabemos como são feitos em nosso país. Tudo se resolve com a polícia. Esta chega e vai deitando fogo nos humildes casebres do elemento indígena e se este tenta reagir, corre o risco de assistir ao massacre de sua família.

Acoçados pela polícia, pela miséria, injustiçados, perseguidos, por vezes revoltam-se e tentam fazer justiça por suas próprias mãos.

Antigamente, tais movimentos de rebeldia eram classificados pelos homens do asfalto como fanatismo religioso. Hoje, a moderna técnica é acusá-los de comunistas.

Para exemplificar o que vimos afirmando, temos, no passado, a chamada Guerra do Contestado, cujo movimento custou à União e aos Estados do Paraná e Santa Catarina, além da grande perda de vidas, enormes somas de recursos com a mobilização de boa parte do Exército e das Fôrças policiais dêstes dois Estados. Uma das mais fortes razões que fazia com que os caboclos se aliciassem nas hostes rebeldes, era a explosão de um sentimento

de revolta contra as grandes concessões de terra, as quais vinham escorraçá-los daquilo que entendiam ser de sua propriedade.

Atualmente temos o Norte do Paraná. "Descobertas" as suas terras, homens do asfalto, cidadãos que nunca cultivaram o solo e nem sequer viram-no cultivar, transformaram-se da noite para o dia, como por um passe de mágica, em grandes proprietários, vestidos de colonizadores. Repetiram-se as mesmas cenas do passado. O Governo mobilizou fortes contingentes policiais para expulsar dali o elemento indígena e como não podia repetir o velho refrão de que eram fanáticos, passaram a ser comunistas.

E as terras obtidas dessa maneira começaram a ser vendidas a preços astronômicos.

E aí está uma das causas do encarecimento cada vez maior dos nossos produtos.

Em vez de têmos o crédito agrícola, fácil e barato, vamos encontrar o crédito para especulação imobiliária, um dos fatores para essa exploração anti-econômica que vimos assistindo, numa corrida desenfreada para uma valorização especulativa.

A prática de uma agricultura rotineira e primaríssima que nos emparelha com as nações mais atrasadas e os preços absurdos dessas terras, não podem dar outro resultado senão êste que aí estamos vendo: os nossos produtos não podendo competir com nenhum similar estrangeiro.

E então a política de valorização artificial, sempre com soluções improvisadas e, o que é mais grave, o desânimo a avassalar o colono e o seu afastamento da lavoura procurando as cidades para se dedicar a outras atividades.

Entre o Colonizador, na sua verdadeira significação e os Negociantes de Terras, situamos Companhias, ou Sociedades que se constituíram com o fim de colonizar grandes áreas adquiridas, umas por compra e outras mediante concessões.

Sem nenhuma assistência por parte dos poderes públicos, sem um planejamento, nem mesmo um estudo ecológico da região a ser povoada, iniciaram as suas atividades e, fôrça é convir, realizaram algum trabalho útil e cooperaram para o desenvolvimento econômico.

Entregues à sua própria sorte, formaram todavia lavouras, Vilas e Cidades, das quais os governos vieram a tomar conhecimento através das repartições arrecadadoras que ano após ano apresentavam um índice cada vez mais elevado.

2.º *O Serviço Militar* — Não deixa de ser alarmante a baixíssima percentagem dos filhos de agricultores que, convocados para o serviço militar, retornam ao campo.

No trabalho por nós apresentado à Conferência das Classes Produtoras a que já aludimos e no qual abordávamos êste fenômeno, mereceu da Comissão Relatora o seguinte parecer: "E" fato incontestável que os jovens filhos de agricultores convocados para prestação do serviço militar nas fileiras do Exército Nacional, salvando raras exceções,

não retornam ao campo. O fenômeno é por demais conhecido e tem sua explicação natural na circunstância de que os quartéis são localizados de preferência em centros urbanos, cuja atração para o homem do campo é inegavelmente muito poderosa. A falta de conforto, de condições de higiene, de recreações, que constituem a norma de vida na zona rural, contrastando com o conforto que a civilização proporciona nos meios urbanos, forçosamente impele os moços camponeses a permanecerem nas cidades, dedicando-se a outras atividades que, sob o ponto de vista estritamente econômico, podem ser consideradas menos produtivas. Nestas condições, a criação de Tiros de Guerra, nos municípios cuja base econômica se assenta na agricultura, é medida que se impõe.

3.º *Assistência ao Trabalhador Rural* — No que diz respeito à assistência ao trabalhador rural, estamos ainda na estaca zero. Percorrem-se dezenas, centenas de quilômetros em regiões habitadas, sem se encontrar um médico, um Posto de Saúde, um dentista. As condições de higiene são as mais precárias. Há moléstias que são endêmicas e cujo principal agente é a falta de cuidados rudimentares. As habitações do colono são as mais primitivas e desprovidas de qualquer meio de combate à propagação de moléstias. Já averiguamos em escolas isoladas uma percentagem de crianças atacadas pelo tracoma superior a 60%. Uma simples orientação ao lavrador e quantos males seriam evitados. A medicina praticada é o charlatanismo com as suas "mezinhas". Em casos extremos, muitas vezes já tarde demais, recorrem aos médicos nas cidades, custando-lhes, em muitos casos, a remuneração de um ano de trabalho. Daí porque sugeríamos a criação de postos de saúde volantes, merecendo a seguinte aprovação: "Outro fato de realidade incontestável, é a falta de uma assistência médica eficiente nas zonas rurais. Daí resulta, muitas vezes, ou o perecimento do agricultor, ou de membro de sua família, ou então, em casos extremos, forçado a recorrer às cidades em busca de recursos adequados, custando-lhe, em certas ocasiões, até o valor da remuneração de um ano de trabalho. Por isso a criação de postos de saúde volantes, percorrendo periodicamente a zona rural, permanecendo um mínimo de 10 a 15 dias nas sedes distritais, ou núcleos de regular densidade demográfica, viria sanar tão grave falha com a prestação de relevante serviço assistencial".

4.º *Recreações* — A falta de diversões no meio rural é um fator de suma importância para fixação do homem. As jovens não mais querem permanecer na colônia. Encontram-se dezenas de moças filhas de agricultores em regular situação econômica, como empregadas domésticas nas cidades, ou trabalhando em fábricas. Inquirindo-se das razões que as levam a deixar a vida rural, alegam entre outros motivos — que ali no campo trabalham mais do que os homens. Além dos serviços domésticos, prestam na lavoura os mesmos serviços que o homem, isto é, fazem roçadas, plantam, colhem e tratam das criações. Reclamam ainda a completa falta de diversões. Na colônia alemã ain-

da se encontram sociedades organizadas, onde se reúnem aos domingos e cantam e dançam, mas na colônia italiana, nada disso. As suas diversões consistem nas festas religiosas.

Ora, é mais do que natural que essas jovens sintam necessidade de divertimentos, principalmente pelo excesso de trabalho que realizam durante a semana. A vida ali é triste e sem nenhum atrativo.

E entre as diversões mais atraentes, está o cinema. Não seria pois difícil a organização de um serviço de cinemas volantes os quais percorreriam a zona colonial, exibindo, além dos filmes de recreação, também os educativos, contribuindo desta forma não só como um dos elementos que viria ajudar a fixar o homem na zona rural, como também a elevação de seu grau de cultura, principalmente os filmes relacionados à agricultura.

5.º *Postos Agropecuários* — Continuando a analisar a situação do colono em face da assistência, vamos encontrar os Postos Agropecuários, que, ao contrário do fim a que se destinam, e de prestar assistência ao trabalhador rural, quer fornecendo-lhe reprodutores de raças finas e sementes selecionadas, como também a de lhe prestar orientação no sentido da prática de uma agricultura mais racional, longe estão de atingir ao fim que seria de se desejar e que só servem para lançar a descrença no homem do campo em face da desorganização em que se encontram.

Estabelecidos em cooperação entre a União e o Estado, salvo exceções, estão entregues à sua própria sorte, numa ineficiência clamorosa.

Em uma região como o Oeste Catarinense, que abrange 8 Municípios, compreendendo 7 Frigoríficos com uma matança média anual de 400 mil suínos e uma exportação de cem mil suínos vivos, sendo por conseqüência a suinocultura a maior riqueza dessa região, não se encontram nos Postos Agropecuários, reprodutores. Os colonos, desejando melhorar seus rebanhos, encontraram toda a sorte de dificuldades e então os Frigoríficos sediados na zona, por sua própria iniciativa, importaram reprodutores finos e fornecem aos colonos.

Em matéria de sementes selecionadas estamos nas mesmas condições. Embora criados Campos Experimentais e de Multiplicação de Sementes, nenhum resultado foi obtido até o presente momento.

Êstes Postos Agropecuários devem ser entregues ao Município. Mantidos pela mesma forma, isto é, pela União e pelo Estado, a verba destinada a sua manutenção deve ser entregue ao Município e êste se encarrega de sua aplicação e fiscalização. Estamos certos de que outros serão os resultados, nem há dúvida nenhuma.

As atribuições dos Postos seriam ampliadas com visitas dos profissionais aos agricultores e ministrar-lhes ensinamentos práticos, principalmente no que diz respeito ao combate à erosão e à rotação de culturas.

O que não pode e nem deve, é continuar como se acham. Só assim êles serão mais um elemento de combate ao êxodo rural.

Sem uma orientação ao colono e sem uma fiscalização que torne obrigatória a rotação de culturas, dentro de um planejamento estabelecido, após um estudo ecológico da região, o que estamos assistindo é o esgotamento rápido do solo e o seu abandono, seguindo o colono em busca de novas terras, numa migração incessante.

6.º *Ensino Rural* — Embora pelo Temário do Congresso, o Ensino Profissional Rural e a Assistência Médica, dentária e farmacêutica, estejam compreendidos no Capítulo de Assistência Social, não podemos, todavia, deixar de abordá-los aqui, por entendermos que se relacionam diretamente com o problema do Êxodo Rural e que, resolvidos pela maneira como entendermos, ou por outra melhor solução, teremos um eficiente meio de combate ao êxodo.

O que vamos encontrar em matéria de ensino são escolas isoladas de mera alfabetização, sem a observância de um mínimo de requisitos pedagógicos. A começar pelas suas instalações, que são as mais antipedagógicas, até o corpo docente, constituindo uma grande parte de professores improvisados, sem os necessários conhecimentos para o exercício de tão alta missão. Verifica-se mesmo que fracassados em tôdas as outras atividades, atiram-se ao magistério como última tábua de salvação. A simples alfabetização é um mal.

E' conhecida a tendência do brasileiro para o empreguismo público. Apenas alfabetizado e ei-lo a correr para as cidades à procura de um cargo público, por mais modesto que seja.

O de que precisamos é do ensino rural, isto é, escolas nas quais além do ensino livresco, sejam também ministrados ensinamentos elementares de ruralismo. Não sendo possível, é claro, uma reforma total, quer pela falta de meios financeiros, quer pela falta de um professorado capaz, podemos contudo dar o primeiro passo num sentido mais objetivo com a criação de uma Escola Rural em cada região. Estas escolas compreenderiam o ensino elementar de ruralismo, com a finalidade de ministrar uma orientação prática no trato da terra e despertar-lhes o interêsse pelas coisas da agricultura.

Os professores de escolas isoladas compreendidas num certo raio de ação da Rural, fariam anualmente um estágio de 30 dias por turnos, sem prejuízo de seus vencimentos e iriam introduzindo em suas escolas os primeiros ensinamentos agrícolas.

Desta forma, com uma verba ao alcance dos recursos dos Estados, iríamos transformando as nossas escolas de mera alfabetização em estabelecimentos educativos dentro de nossa realidade.

A simples criação de clubes agrícolas nas escolas isoladas de nosso Estado, já prestaram assinalados serviços no setor educacional; infelizmente, não sabemos porque, desapareceram êstes clubes, o que vale dizer, que pioramos em matéria de ensino primário em Santa Catarina.

7.º *Migrações Internas* — As causas das migrações que vimos observando no Oeste de Santa Catarina, diferem das de outras regiões, habitadas

por outros elementos. Além das falhas que temos apontado, quer quanto ao sistema de colonização, que mais podemos classificar como povoamentos, quer quanto à completa ausência de meios assistenciais que venham fixar o homem ao solo, temos que encarar a questão aqui ainda sob outro prisma.

Trata-se do elemento humano. O Oeste está povoado por colonos descendentes de imigrantes italianos e alemães, sendo os primeiros em maior número e vindos quase todos do vizinho Estado do Rio Grande do Sul.

O colono ítalo, desta região, diferentemente do de outras zonas, não tem amor à terra. É um devastador. Com a prática de processos rotineiros de uma agricultura primitiva, procura haurir da terra tudo quanto ela lhe pode dar no menor espaço de tempo e depois abandona-a, emigrando em busca de novas terras. Se é certo que ele assim o faz, em parte por causa de sua prole numerosa procurando novas terras para os seus descendentes, nem por isso deixamos de verificar o seu desapêgo à gleba. Após deixarem os municípios do Rio Grande do Sul, fixando-se nesta região, já estão abandonado-a, atraídos pelo Norte do Paraná. Deixam de aplicar suas economias no melhoramento de suas propriedades e na aquisição de meios para a prática de uma agricultura mais adiantada, para invertê-las na compra de terras novas, embora a preços fora do justo e razoável.

Se dissermos que o colono ítalo que povoa esta região não tem amor à terra, pode parecer uma heresia e talvez não nos acreditem. Por isso mesmo, estudamos a sua vida, os seus usos e costumes, observamos atentamente as suas migrações, para chegarmos a uma afirmativa de tal natureza.

Para que melhor possamos compreender êsse desapêgo à terra, devemos retroceder à sua origem. Os atuais colonos descendem dos primitivos imigrantes, oriundos das províncias do Norte da Itália e limítrofes com o ex-império Austro-Húngaro ao qual estiveram subjugados durante longos anos. Os camponeses não eram proprietários e ali trabalhavam a terra mediante arrendamento ou participação na colheita. Ora, isso fazia com que procurassem tirar do solo tudo quanto ele lhe pudesse dar, sem nada lhes retribuir, isto é, sem nenhum tratamento, porque não eram suas as terras e a elas não sentiam apêgo.

Emigrando para o Brasil, embora aqui viessem a se tornar proprietários, não se libertaram contudo de uma formação multissecular e continuaram no mesmo sistema. A agricultura praticada era a mesma rotineira e não foram além da enxada e do machado. Seus descendentes receberam essa educação e não evoluíram, principalmente porque viveram sempre entregues à sua própria sorte, sem orientação e sem ensinamentos adequados.

Falta-lhes tradição. São homens novos no sentido sociológico.

Vejam-se os colonos alemães que, na sua pátria, eram proprietários e traziam uma tradição e mesmo os italianos que também tinham a sua propriedade, de como criam raízes onde se fixam.

Não procede o argumento de que as terras estão "cansadas" porque então que diríamos das da Europa e da Ásia, principalmente dos pequenos países europeus?!...

Ora, aí vemos a necessidade imperiosa de uma educação rural ao colono, até que se forme a tradição através de algumas gerações. Se tal houvesse sido feito, desde o início da imigração, os atuais descendentes, já em terceira geração, estariam em outras condições e não veríamos as migrações sempre em busca de novas terras no afã de devastá-las. Urgem, pois, sérias providências que venham dar novos rumos à agricultura e ao sistema de colonização.

CONCLUSÃO

Concluindo esta modesta contribuição somos de parecer que para combate ao êxodo rural, devem ser tomadas as seguintes providências:

1.º Criação de Tiros de Guerra, de preferência nos Municípios cuja base econômica se assenta na agricultura;

2.º Criação de um serviço de cinemas volantes, os quais percorrerão a zona rural exibindo, além dos filmes recreativos, os educativos;

3.º Criação de postos de saúde volantes os quais visitarão as sedes, distritos e núcleos de regular densidade demográfica permanecendo ali os dias necessários;

4.º Criação de Escolas Rurais compreendendo, além do ensino livresco, noções práticas e elementares de ruralismo, de acôrdo com a região. Os professores de escolas isoladas compreendidas num certo raio de ação da Rural, deverão fazer um estágio anual de 30 dias, sem prejuízo de vencimentos, por turnos, e introduzirão em suas escolas ensinamentos práticos de agricultura, dando ao ensino um sentido mais objetivo, principalmente a criação de clubes agrícolas, despertando na criança o amor à terra;

5.º Uma política de fiscalização e de restrição creditícia aos investimentos imobiliários principalmente na zona rural a fim de que seja pôsto um paradeiro nos preços exorbitantes da terra;

6.º Fiscalização do Município sôbre os Postos Apropiciários, os quais deverão estar aparelhados para o fornecimento de reprodutores e sementes selecionadas ao agricultor, bem como ministrar-lhe uma orientação no sentido de combate à erosão e a prática de rotação de cultura;

7.º Organização de patrulhas motomecanizadas em regiões propícias de modo a garantir resultados práticos no emprêgo de máquinas, para prestação de serviço ao colono mediante o preço de custo;

8.º Recomendar aos Governos dos Estados que as concessões de terras devem tornar obrigatória a colonização mediante um planejamento aprovado pelo Estado e que sejam respeitados os posseiros que ali se encontrarem, sendo-lhes reservada uma área de 20 hectares com a obrigação de seu cultivo.